

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MARINGÁ
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS, LETRAS E ARTES
DEPARTAMENTO DE FUNDAMENTOS DA EDUCAÇÃO

FRANCIELLE TURCI

**O CUIDAR E O EDUCAR NAS POLÍTICAS PÚBLICAS PARA
EDUCAÇÃO INFANTIL**

MARINGÁ
2012

FRANCIELLE TURCI

O CUIDAR E O EDUCAR NAS POLÍTICAS PÚBLICAS PARA EDUCAÇÃO INFANTIL

Artigo contendo os resultados finais da pesquisa referente ao Componente Curricular Trabalho de Conclusão de Curso de Pedagogia, sob a orientação da professora Ms. Darlene Novacov Bogatschov, da Universidade Estadual de Maringá

Orientadora: Prof^a. Ms. Darlene Novacov
Bogatschov

MARINGÁ
2012

FRANCIELLE TURCI

**O CUIDAR E O EDUCAR NAS POLÍTICAS PÚBLICAS PARA
EDUCAÇÃO INFANTIL**

BANCA EXAMINADORA

Prof^a. Ms. Darlene Novacov Bogatschov (orientadora) - UEM

Prof.^a Ms. Gislaine Aparecida Valadares de Godoy - UEM

Prof^a. Doutoranda Maria Eunice França Volsi - UEM

Maringá, 12 de novembro de 2012

O CUIDAR E O EDUCAR NAS POLÍTICAS PÚBLICAS PARA EDUCAÇÃO INFANTIL¹

Francielle Turci²

Darlene Novacov Bogatschov³

RESUMO: Este artigo visa compreender as políticas públicas para a educação infantil, estabelecidas pelo Ministério da Educação e Cultura (MEC) após 1990, a relação entre o cuidar e o educar como elementos indissociáveis da Educação Infantil. Para isso, é necessário compreender o caminho percorrido pela educação infantil desde o atendimento assistencial oferecido às crianças na primeira infância brasileira. A compreensão da trajetória histórica da Educação Infantil foi realizada com base nos estudos de Sônia Kramer, Moysés Kuhlmann Jr., Ana Lúcia de Faria e Marina Silveira Palhares. Procuramos ainda analisar o Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil (1998) e as Orientações para (Re)Elaboração, Implementação e Avaliação de Propostas Pedagógicas na Educação Infantil (2006). A Educação Infantil é a primeira etapa da educação básica, e tem por finalidade o desenvolvimento integral das crianças de zero a cinco anos, em seus aspectos físico, psicológico, cognitivo, social e afetivo. Dessa forma, as propostas educacionais direcionadas para a educação infantil estão associadas a atividades que envolvem o cuidar e o educar. A educação infantil está relacionada ao conceito de infância, que foi construído historicamente pela humanidade, devido às transformações ocorridas na sociedade. Nesse sentido, a criança passa ser valorizada socialmente, em um processo no qual a educação infantil torna-se um direito das crianças e dever do Estado.

Palavras-chave: Educação Infantil. Cuidar. Educar. Indissociabilidade.

¹ Trabalho de Conclusão de curso apresentado ao curso de Pedagogia da Universidade Estadual de Maringá – Campus Regional de Cianorte, como requisito para obtenção do título de licenciada em Pedagogia.

² Acadêmica do 4º ano do curso de Pedagogia da Universidade Estadual de Maringá.

³ Professora do Departamento de Fundamentos da Educação, orientadora do Trabalho de Conclusão de Curso.

The Caring and Educating in the Public Politics for Child Education

ABSTRACT: This article aims to comprehend, in the public politics for child education, established by The Ministry of Culture and Education (abbreviation MEC in Brazil) after 1990, the relation between caring and educating as child education indissociable elements. For this purpose, it is necessary to understand the path the child education has walked since the welfare assistance offered to children in the earliest infancy. The comprehension of the Child Education historical trajectory was accomplished based on Sônia Kramer, Moysés Kuhlmann Jr., Ana Lúcia de Faria and Marina Silveira Palhares' studies. We also sought to analyze the National Curriculum for Child Education (1998) and the Guidelines for (Re)Work, Implementation and Evaluation of the Pedagogical Proposals in Child Education (2006). Child Education is the first step of basic education and it aims the full development of zero-to-five-year-old children in their physical, psychological, cognitive, social and affective aspects. This way, educational proposals directed to child education are associated to activities that involve caring and educating. Child education is related to the concept of childhood, historically built by humanity, due to the transformations occurred in the society. In this regard, the child becomes socially valued. In this process, the child education is now a children's right and a State duty.

Key words: Child Education. Caring. Educating. Indissociable.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	06
2 TRAJETÓRIA HISTÓRICA DA EDUCAÇÃO INFANTIL	08
3 POLÍTICAS EDUCACIONAIS PARA EDUCAÇÃO INFANTIL	14
4 AÇÕES EDUCATIVAS PARA CUIDAR E EDUCAR	19
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS	22
REFERÊNCIAS	24

1 INTRODUÇÃO

Por muitos anos, o cuidado e educação das crianças pequenas no Brasil ficaram sob a responsabilidade das famílias, em particular das mães ou de outras mulheres. Entretanto, com o processo de industrialização e a entrada das mulheres no mercado de trabalho, houve a necessidade em criar instituições que atendessem à primeira infância. Assim, este trabalho tem por objetivo compreender as políticas públicas para a Educação Infantil após 1990, com relação aos encaminhamentos para a efetivação do cuidar e o educar nessa etapa de ensino.

Para tanto, dividimos este trabalho em três momentos: no primeiro momento, fizemos um breve levantamento do trajeto histórico percorrido pela educação infantil brasileira, observando que o atendimento às crianças brasileiras começou com o caráter assistencialista, destinado às famílias pobres, juntamente com o trabalho dos médicos higienista, no intuito de diminuir o índice de mortalidade infantil no país durante o século XIX. Nesse período, as famílias precisavam de orientações sobre os cuidados e higiene que deveriam ter com os filhos, de modo que se assumia uma política de guarda e proteção, vinculada às áreas da saúde e da assistência social. As creches eram destinadas às crianças da classe trabalhadora, enquanto a pré-escola era destinada à elite.

Em um segundo momento, abordamos as políticas públicas promulgadas para a educação infantil após a década de 1990. Mesmo com a educação infantil não sendo obrigatória, é um direito das crianças de zero a cinco anos e dever do Estado, desde a Constituição Federal de 1988, sendo reafirmada em 1990 pelo Estatuto da Criança e Adolescente. Porém, somente a partir da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional nº 9.394/96 é que a Educação infantil se constitui como primeira etapa da Educação Básica, juntamente com o Ensino Fundamental e Médio.

Desde então, pesquisadores da área da educação infantil vêm lutando para superar o assistencialismo no atendimento das crianças em instituições de educação infantil. Tendo isso em vista, o Ministério de Educação e Cultura (MEC), no ano de 1998, lançou o Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil, com o objetivo em orientar a prática pedagógica dos professores desta etapa, para que pudessem melhorar a qualidade do atendimento das crianças pequenas brasileiras,

bem como, proposta de trabalho que visa o cuidar e o educar como funções indissociáveis.

No ano de 2006, o Estado do Paraná, elaborou um documento direcionado à Educação Infantil, denominado Orientações para (RE) Elaboração, Implementação e Avaliação de Proposta Pedagógica na Educação Infantil, o qual tem por objetivo dar suporte às Instituições de Educação Infantil no momento da elaboração da proposta pedagógica, promovendo reflexões acerca das práticas desenvolvidas no cotidiano das instituições.

E, por fim, apresentamos algumas ações educativas, propostas nos documentos para a efetivação do cuidar e educar nas Instituições de Educação Infantil em nosso país, voltando-nos especialmente ao entendimento do campo de estudo e dos debates das políticas públicas, bem como a contribuição com os conhecimentos educacionais.

2 TRAJETÓRIA DA EDUCAÇÃO INFANTIL NO BRASIL

O atendimento às crianças pequenas em instituições de educação infantil no Brasil nem sempre aconteceu como conhecemos atualmente. A educação infantil passou por vários momentos históricos, nos quais a sociedade começou a ter uma nova concepção de infância, modificando a forma como vinha realizando o atendimento às crianças de zero a seis anos.

Quando falamos da história da educação infantil, devemos considerar fatores sociais que foram significativos para a construção de sua história como, por exemplo, “[...] o trabalho feminino, as transformações familiares, novas representações sociais da infância, etc.” (KUHLMANN JR., 2010, p.16).

Kuhlmann Jr. (2010) considera que a história das instituições educacionais, assim como a educação infantil estão ligadas ao processo da infância, da família, da população, da urbanização, do trabalho e das relações de produção. Desse modo, foram criadas as instituições educacionais para atender as crianças pequenas.

Até 1874, o atendimento às crianças brasileiras foi vinculado a ‘casa dos expostos’ ou ‘roda’, instituições que acolhiam as crianças abandonadas menores de doze anos, pois, nessa época, elas precisavam de cuidado e proteção. Para as maiores de doze anos, o Estado no ano de 1873 fundou a ‘Escola de aprendizes Marinheiros’. Naquele período, ser um menor desamparado seria o mesmo que ser um menor infrator. Mais tarde, foram tomadas algumas medidas preventivas para com as crianças, “[...] tais como a puericultura, a higiene e a proteção” (KRAMER, 1984, p.52). A sociedade necessitava de orientações com relação aos cuidados e higiene com o corpo e, assim, a puericultura foi uma das áreas médicas que auxiliou os indivíduos nesses cuidados, principalmente com relação ao desenvolvimento infantil.

Os primeiros atos dirigidos às crianças iniciaram-se com os médicos higienista na década de 1870, devido ao alto índice de mortalidade infantil, os quais julgavam ter dois motivos: o primeiro seria com relação ao nascimento dos filhos dos escravos ou também filhos fruto da relação de escravos com seus soberanos, o outro dizia respeito “[...] à falta de educação física, moral e intelectual das mães” (KRAMER, 1984, p.52), as quais, não davam atenção à amamentação de seus filhos. Os higienistas alegavam que as crianças burguesas, ao serem amamentadas

por escravas, estavam sendo descuidadas por suas famílias, além de apontarem os escravos como transmissores de doenças.

Quando as famílias da classe dominante deixaram de entregar seus filhos aos cuidados das amas de leite, a consequência foi que as crianças começaram a receber mais atenção da própria família, passando a construir uma relação entre pais e filhos, de modo que o cuidado com as crianças passou a ter mais importância. Porém, até hoje temos visto “[...] massacres de crianças e jovens, exploração, violência sexual, fome e maus tratos nas instituições educacionais [...]” (KUHLMANN JR., 2010, p. 20).

De acordo com Kuhlmann Jr. (2010), os avanços das pesquisas científicas, contribuíram para que os médicos pudessem erradicar a mortalidade infantil, por meio da pasteurização do leite de vaca, utilização de mamadeiras, consultas médicas e a distribuição de leite pela instituição Gotas de Leite. Os médicos tiveram muitas influências na educação, direcionando seus trabalhos em prol das crianças, como nas políticas, nas associações educacionais populares ou em pesquisas que melhorassem as condições de vida das crianças pobres. Já os higienistas, propunham projetos para construção de escolas, bem como ideias para todos os níveis de ensino, em particular para a educação primária e infantil.

Em março de 1899, no estado do Rio de Janeiro, o médico Arthur Moncorvo Filho fundou o Instituto de Proteção e Assistência à Infância (IPAI), o qual teve filiais espalhadas por várias cidades do país. Segundo Kramer (1984), o IPAI tinha como objetivos,

Atender aos menores de oito anos, elaborar leis que regulasse a vida e a saúde dos recém-nascidos; regulamentar o serviço das amas de leite, velar pelos menores trabalhadores e criminosos; atender às crianças pobres, doentes, defeituosas, maltratadas e moralmente abandonadas; criar maternidade, creches e jardins de infância (KRAMER, 1984, p.54).

A criação do IPAI ficou marcada por apresentar propostas modernas e de assistência científica, desenvolveu vários serviços destinados às mães pobres e às crianças, no que diz respeito à saúde, higiene e amamentação. Por meio desses trabalhos, o IPAI recebeu vários prêmios nacionais e internacionais.

O instituto manifestou a necessidade de criação de creches e pré-escolas, o que, de acordo com Kramer (1984), levou à criação, em 1908, da primeira creche popular destinada às crianças de até dois anos de idade, apenas para filhos de operários. Um ano depois, inauguraram o Jardim de Infância Campos Salles no Rio de Janeiro.

Em 1919, criaram o Departamento da Criança no Brasil, sob a responsabilidade do Estado, começando, então, os discursos públicos sobre o atendimento às crianças pobres e abandonadas. Esse departamento organizou, no ano de 1922, o primeiro Congresso Brasileiro de Proteção à Infância, o qual teve a participação dos médicos-higienistas, jurídico-policial e da igreja Católica, tinham como objetivo discutir todos os assuntos relacionados à infância (saúde, social, educacional e familiar).

A grande preocupação dos médicos-higienistas era com a mortalidade infantil. Assim, as creches serviram como laboratórios para desenvolverem suas pesquisas. Os trabalhos desenvolvidos junto à assistência e à infância também teriam outros objetivos, além do bem estar das crianças, envolviam-se outros projetos para o progresso do país. Segundo Moncorvo Filho,

No momento em que procura realizar o saneamento do Rio de Janeiro com as maiores e mais estupendas obras, é bom que se diga que, sem Proteção e Assistência imediata, esse saneamento não será completo; de que nos vale termos os mais belos monumentos na mais fina linha arquitetônica, as grandes e frescas avenidas, enfim, os mais diversos panoramas, cada qual mais suntuoso a aguçar a nossa vista, se possuímos um raça que aos poucos se elimina? (...) Sim, pelos cuidados prodigalizados à infância pode-se avaliar o grau de civilização de um povo! (MONCORVO FILHO *apud* KUHLMANN JR., 2010, p.90-91).

O crescimento do país de nada adiantaria se as pessoas não fossem orientadas para cuidarem de suas crianças e, assim, atingirem a civilidade. Dessa forma, os pediatras daquele período apostavam na puericultura, que “[...] era considerada como a ciência da família, feita com a colaboração confiante da mãe e do médico, do amor materno esclarecido pela ciência” (KUHLMANN Jr., 2010, p.91). A puericultura seria uma maneira para alcançar os cuidados com os pequenos, em que as mulheres da burguesia carioca também contribuíram para que os médicos

atingissem seus objetivos, servindo de exemplo para as mães trabalhadoras, em relação aos cuidados com os filhos.

Os interesses do Estado em oferecer o atendimento às crianças desfavorecidas implicavam em dois fatores: primeiro, “prepará-las para o futuro”; segundo, “fortalecer o Estado”, ambos vistos pela neutralidade e abstração. De acordo com Kramer (1984), o Estado considerava a criança como ser único, tratava os problemas de forma homogênea, sem levar em conta seu histórico de vida e suas condições sociais. O Estado, por sua vez, queria se fortalecer e transformar a sociedade sem considerar os problemas entre as classes sociais.

Naquele momento, o Brasil passava pela democratização do ensino, quando a “[...] educação significava possibilidade de ascensão social e era defendida como direito de todas as crianças consideradas como iguais” (KRAMER, 1984, p.57). Já as crianças de zero a seis anos continuavam a ser atendidas por instituições assistencialistas, sem terem uma mediação educacional, caracterizada pela falta de verbas para a educação.

As mudanças políticas, econômicas e sociais, ocorridas em 1930 no Brasil, fizeram com que surgissem várias propostas para o atendimento da infância brasileira: “[...] foram introduzidos órgãos novos na aparelhagem da assistência à infância, tais como lactários, jardins de infância, gotas de leite, consultórios para lactentes, escolas maternais, policlínicas infantis [...]” (KRAMER, 1984, p. 60). Além do surgimento desses novos órgãos, também foram realizadas campanhas incentivando o aleitamento materno e a defesa do atendimento público às crianças desfavorecidas e desamparadas.

Em 1940, o Ministério da Educação criou o Departamento Nacional da Criança, órgão que ficou responsável pelo atendimento das crianças brasileiras, com o objetivo de, “[...] unificar os serviços relativos não só à higiene da maternidade e da infância, como também à assistência social de ambos” (KRAMER, 1984, p. 66).

Embora esse departamento tivesse o intuito de juntar os serviços destinados às crianças, caracterizou-se por uma tendência médico-higiênica, que desenvolveu vários programas, campanhas, palestras, cursos voltados à nutrição, vacinação, instrução familiar apresentando os métodos mais adequados com relação à higiene e a educação dos filhos.

Em dados obtidos pelo Censo Demográfico de 1970, referentes à idade pré-escolar, verificou-se a precariedade em que se encontravam as famílias brasileiras.

Por meio do diagnóstico sobre a educação pré-escolar no Brasil, examinou-se que apenas 3,51% das crianças em idade pré-escolar eram atendidas, sendo que, em 1975, o país possuía cerca de 21 milhões de crianças de zero a seis anos. Podia-se observar, ao mesmo tempo, que a maioria das crianças que frequentavam a pré-escola eram filhos da classe média e alta, demonstrando a desigualdade no atendimento às crianças menos favorecidas.

De acordo com Kramer,

Apesar da ênfase ao pré-escolar que se percebe na política educacional brasileira, principalmente a partir de 1975 e não obstante ser inegável a importância proclamada pelas autoridades governamentais, a concretização do atendimento à maioria das crianças está longe de se tornar realidade (KRAMER 1984, p.94).

No entanto, o que ocorria era o aumento das matrículas em instituições de pré-escolas privadas, devido à falta de vagas em instituições públicas, resultado dos baixos recursos financeiros destinados à educação. Segundo Kramer,

Este é o esboço da realidade da pré-escola brasileira: restritas condições atuais de oferecer maior atendimento e exíguas perspectivas de expansão. Tal precariedade pode ser muito bem entendida no contexto político e econômico de um país como o Brasil em que o setor educacional não se encontra dentre as prioridades básicas da política (KRAMER, 1984 p. 95).

Como podemos ver, o descaso com a educação brasileira é algo muito antigo. Porém, naquele momento, mesmo o governo não considerando a pré-escola como um fator importante para o desenvolvimento da nação, os filhos da classe social baixa teriam o atendimento pré-escolar.

No Brasil, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), nº 5.692/1971 e o Parecer nº 2.018, do Conselho Federal de Educação, não contribuíram com o desenvolvimento educacional pré-escolar, ambos destacavam a necessidade das empresas privadas e outras organizações subsidiarem a educação das crianças pequenas pobres, demonstrando a falta de legislação para essa etapa

do ensino, marcando uma política educacional voltada à pré-escola como “[...] estagnada e omissa [...]” (KRAMER, 1984, p.98), cheias de discursos e recomendações, mas sem medidas sólidas.

Os documentos supracitados apresentavam uma proposta de educação compensatória, a qual foi reformulada e criticada por outros países por ser insatisfatória. No entanto, o Brasil as adotou para atender as crianças em idade pré-escolar.

A educação compensatória serviria para diminuir o fracasso escolar, pois, consideravam as crianças “culturalmente carentes”. A educação ofertada aos pequenos não levava em conta as condições socioeconômicas; tratavam as crianças como se fossem todas iguais, responsabilizando-as pelos fracassos, o que seria resultado da falta de prontidão para aprendizagem escolar.

Na década de 1980, o terceiro Plano Setorial de Educação Cultura e Desporto apresentou estratégias para o desenvolvimento da educação pré-escolar no período de 1980/85, a elaboração deste Plano partiu de alguns problemas relacionados à educação pré-escolar, como:

Ausência de uma política global e integrada de atendimento infantil, a escassa oferta de pré-escolas tanto públicas quanto privadas, a falta de coordenação entre programas educacionais e de saúde, a predominância do enfoque preparatório para o 1º grau, a insuficiência da pessoal docente qualificado, a escassez de programa compensatórios e/ ou inovadores avalizados e a predominância de programas escolares sem envolvimento da comunidade e das famílias (KRAMER, 1984, p.104).

Mesmo apontando tais elementos para a elaboração de estratégias para o atendimento pré-escolar, a educação continuava sendo compensatória e com poucos recursos.

3 POLÍTICAS EDUCACIONAIS PARA EDUCAÇÃO INFANTIL APÓS 1990

Dentre as mudanças políticas na década de 1990, podemos apontar as políticas públicas direcionadas à educação infantil. Segundo Bogatschov e Moreira (2009), no Brasil, durante muito tempo, o atendimento às crianças foi marcado pelo caráter assistencialista, de maneira que as instituições tinham como objetivo cuidar dos filhos das mães trabalhadoras. Porém, com as reformas educacionais e as mudanças da era de globalização do capital decorrentes das transformações ocorridas no século XX, apresentou-se um momento em que as políticas públicas envolviam o atendimento à infância nos aspectos educacionais e de cuidados.

De acordo com as autoras, com as novas legislações, a educação infantil passa a fazer parte da primeira etapa da educação básica, tendo como objetivo o desenvolvimento integral das crianças na primeira infância e a valorização do cuidar e educar. Para desenvolver esse trabalho, as instituições de educação infantil deveriam estar de acordo com as exigências estabelecidas nas políticas públicas.

A indissociabilidade entre o cuidar e educar no atendimento das crianças pequenas teve início com a Constituição Federal de 1988, sendo reafirmado no Estatuto da Criança e do Adolescente Lei nº 8.069 de 1990, em que a educação infantil passa a ser um direito de toda criança e dever do Estado. No entanto, é com a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional nº 9.394/1996 - (LDBEN), que a Educação Infantil passa a ser definida como a primeira etapa da educação básica, a qual passa a integrar os sistemas de ensino, constituindo um espaço institucional educativo, de acordo com as bases legais, visando garantir um atendimento de qualidade às crianças de 0 a 5 anos.

A educação infantil está estabelecida em uma seção específica da Lei de Diretrizes e Bases de 1996 (LDB/96) na seção II, do capítulo II:

Art. 29. A educação infantil, primeira etapa da educação básica, tem como finalidade o desenvolvimento integral da criança até seis anos de idade, em seus aspectos físico, psicológico, intelectual e social, complementando a ação da família e da comunidade.

Art. 30. A educação infantil será oferecida em:

I – creches, ou entidades equivalentes, para crianças de até três anos de idade;

II – pré-escolas, para as crianças de quatro a seis anos de idade.
Art. 31. Na educação infantil a avaliação far-se-á mediante acompanhamento e registro do seu desenvolvimento, sem o objetivo de promoção, mesmo para o acesso ao ensino fundamental. (BRASIL, 2004, p.23).

Embora a Educação Infantil faça parte da Educação Básica e se constitua como um direito da criança, não é obrigatório que as mesmas frequentem as instituições infantis.

Dois anos após a promulgação da LDB, o MEC lançou o Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil (RCNEI), sua versão preliminar recebeu várias críticas de alguns pesquisadores e pareceristas da área. Segundo Cerisara (2007), os pareceristas encontraram muitas dificuldades em analisar o documento quanto à sua organização e estruturação textual, bem como a linguagem de difícil compreensão. Uma das maiores preocupações dos pesquisadores esteve relacionada com o fato de que o RCNEI mencionou a educação infantil como ensino, apresentando a mesma forma de trabalho do ensino fundamental, o que seria uma forma de retrocesso, ignorando os avanços de educação infantil, pois “[...] o trabalho com crianças pequenas em contexto educativo deve assumir a educação e o cuidado enquanto binômio indissociável e não o ensino” (CERISARA, 2007, p.28).

A autora salienta que após as análises da versão preliminar, fica claro que a Educação Infantil é uma área que ainda está em processo de construção, até porque são recentes as discussões referentes a essa etapa, tornando necessário produzir conhecimento que visa refletir sobre as especificidades da educação infantil. Após as reflexões e as considerações dos pareceristas, o MEC fez algumas alterações no documento, o qual foi distribuído para todas as instituições brasileiras.

O RCNEI está dividido em três volumes: (Introdução, Formação Pessoal Social e Conhecimento de Mundo), os quais trazem seus objetivos, conteúdos e as orientações didáticas, organizados por faixas etárias (creche: 0 a 3 anos; pré-escola: 4 a 6 anos), com o objetivo de contribuir com os trabalhos educativos desenvolvidos pelos profissionais de educação infantil e, assim, dar suporte às redes de ensino Municipais e Estaduais. Esse documento fornece algumas orientações para que o professor possa dirigir suas ações pedagógicas a fim de melhorar a qualidade do atendimento às crianças pequenas brasileiras. Desse modo, o RCNEI apresenta propostas de trabalho às Instituições de Educação Infantil que, porém, não são

obrigatórias, de modo que se considera que cada uma deve adequá-las à sua realidade, ao seu cotidiano, devido à diversidade cultural existente em nosso país.

No entanto, para transformar a visão que se tinha da educação assistencial, é preciso muito mais do que as mudanças na legislação, seria necessário,

[...] assumir as especificidades da Educação Infantil e rever concepções sobre a infância, as relações entre classe sociais, as responsabilidades da sociedade e o papel do Estado diante das crianças pequenas [...] (BRASIL, 1998, v.1 p. 17).

Dessa forma, as propostas educacionais elaboradas para educação infantil devem promover o desenvolvimento integral das crianças em seus “[...] aspectos físicos, emocionais, afetivos, cognitivos e sociais [...]” (BRASIL, 1998, p.18). Nesse sentido, as funções de cuidar e educar têm embasado a construção das propostas educacionais.

O RCNEI direciona a relação entre cuidar e educar como indissociáveis na prática da educação infantil. Portanto, educar significa:

[...] propiciar situações de cuidados, brincadeiras e aprendizagens orientadas de forma integrada e que possam contribuir para o desenvolvimento das capacidades infantis de relação interpessoal, de ser e estar com os outros em uma atitude básica de aceitação, respeito e confiança, e o acesso, pelas crianças, aos conhecimentos mais amplos da realidade social e cultural. (BRASIL, 1998, v.1, p. 23).

Com relação ao cuidar, segundo RCNEI, refere-se a:

[...] dar atenção a ela como pessoa que está num contínuo crescimento e desenvolvimento, compreendendo sua singularidade, identificando e respondendo às suas necessidades. Isto inclui interessar-se sobre o que a criança sente, pensa o que ela sabe sobre si e sobre o mundo, visando à ampliação deste conhecimento e de suas habilidades, que aos poucos a tornarão mais independente e mais autônoma (BRASIL, 1998, v.1, p. 25).

Com as novas exigências estabelecidas para a Educação Infantil, os profissionais dessa etapa de ensino precisam ter formação docente e serem professores capacitados, pois a eles “[...] cabe trabalhar com os conteúdos de natureza diversa que abrangem desde cuidados básicos essenciais até conhecimentos específicos provenientes das diversas áreas do conhecimento” (BRASIL, 1998, v.1 p.41).

Para que as instituições desenvolvam um trabalho de qualidade, os professores devem comprometer-se, tanto nas questões relacionadas à aprendizagem, como nos cuidados necessários para o desenvolvimento infantil.

Diante do momento histórico e as expressivas mudanças que a educação infantil vem passando como, por exemplo, na concepção de infância, no desenvolvimento humano e no ensino-aprendizagem, houve como resultados diversas reflexões para o benefício das crianças. O Estado do Paraná, por exemplo, no ano de 2006, elaborou um documento direcionado à Educação Infantil, denominado Orientações para (RE)Elaboração, Implementação e Avaliação de Proposta Pedagógica na Educação Infantil que

[...] tem finalidade ser um subsídio para as IEs, no momento de construir e revisar suas propostas pedagógicas, pois fundamenta, problematiza e conduz o leitor deste documento a refletir sobre as práticas desenvolvidas cotidianamente nas instituições [...] (PARANÁ, 2006, p.7).

Esse documento foi construído coletivamente envolvendo representantes de todos os Municípios do Estado do Paraná e refere-se, principalmente, às orientações aos coordenadores pedagógicos, no momento da elaboração da proposta pedagógica das Instituições de Educação Infantil (IEIs), com vistas ao desenvolvimento integral das crianças. Para tanto, “[...] é fundamental ter-se em conta na elaboração e implementação da Proposta Pedagógica que as instituições de educação infantil têm duas funções indissociáveis: cuidar e educar” (PARANÁ, 2006, p.17).

Assim, o texto propõe algumas reflexões para as IEIs, como podem articular ações entre o cuidado e educação aos menores de seis anos, bem como, superar o caráter assistencialista das creches e a visão preparatória da pré-escola. Dessa forma, é necessário refletir sobre as atividades educativas desenvolvidas com as crianças pequenas: “[...] é possível educar uma criança sem estar, ao mesmo tempo, cuidando dela? É possível cuidar de uma criança sem estar, de algum modo, educando-a? Como podemos entender cuidado e educação infantil?” (PARANÁ, 2006, p. 30).

De acordo com o documento, cuidar na maioria das vezes está relacionado às tarefas as quais as crianças não conseguem realizar sozinhas, ou seja, em atender às necessidades básicas, no entanto, o ato de cuidar estabelece a preocupação com o outro, o que promove a afetividade e a sensibilidade com o próximo.

Já o “educar” significa promover:

[...] situações que contribuam para o desenvolvimento da imaginação, dos processos criativos e para a apropriação do conhecimento pelas crianças através das diferentes formas de interação humana – social, afetiva, lúdica e pedagógica (PARANÁ, 2006, p.31).

Portanto, para que os Centros de Educação Infantil (CEIs) possam articular o cuidado e educação, as atividades pedagógicas devem ser planejadas intencionalmente, com o intuito de promover o pleno desenvolvimento infantil e, conseqüentemente, possibilitar o acesso ao conhecimento historicamente construído.

4 AÇÕES EDUCATIVAS PARA O CUIDAR E EDUCAR

Consideramos que a criança está inserida num contexto histórico produzido pela humanidade e é por meio das relações sociais que se tornará humana. Portanto, com as transformações sociais ocorridas no século XX, fez-se necessário pensar em uma educação que valorizasse a criança e suas especificidades, qual envolve o cuidar e educar em um processo educativo nas Instituições de Educação Infantil.

De acordo com Ferreira (2008, p.279), cuidar significa: “[...] aplicar a atenção, o pensamento, a imaginação. Ter cuidado. Fazer os preparativos. Prevenir-se. Ter cuidado consigo mesmo.” Em relação ao educar, Ferreira (2008, p.334) propõe tais significados: “[...] promover o desenvolvimento da capacidade intelectual, moral e física de (alguém), ou de si mesmo”. Dessa forma, a educação infantil tem como propósito atender às crianças de maneira que o cuidar e o educar estejam simultaneamente articulados.

Desse modo, destacamos algumas ações educativas que contemplam a indissociabilidade entre cuidar e educar, conforme disposto nos documentos oficiais para a Educação Infantil. Segundo o RCNEI (1998):

- Quanto menor for a criança, mais serão necessárias as atitudes e procedimentos de cuidado do adulto, para o processo educativo;
- O momento da alimentação, da troca de fralda, banho e descanso (sono) promovem vínculos afetivos entre o bebê e o profissional, que não apenas cuida, mas também faz a mediação com o mundo que o cerca;
- As crianças maiores de três anos já são mais independentes em relação ao uso do banheiro, mas ainda necessitam de orientações a respeito das atitudes de higiene consigo e com o ambiente. Nesse sentido, cabe ao professor orientá-las quanto ao uso correto;
- As crianças de 4 a 5 anos são independentes com relação às refeições, portanto deve-se oferecer a elas a oportunidade de servirem-se sozinhas e de utilizarem talheres como garfos e facas;
- É necessário que o professor planeje atividades para que as crianças adquiram hábitos de higiene bucal, ou seja, proporcionar a aprendizagem de

escovação dos dentes, bem como o uso dos materiais para esse tipo de atividade, por exemplo, fio dental e o bochecho;

- O professor deve orientar a criança em relação às medidas de segurança, aos riscos em subirem em locais altos, brincarem com objetos pontiagudos ou cortantes, aproximarem-se de fogão, fogo, etc.;
- É muito importante que o educador valorize as brincadeiras, pois é por meio do brincar que os pequenos se expressam, representando o mundo e criando situações que precisam ser solucionadas. Dessa forma, o professor tem a oportunidade de observar e mediar a construção de novas aprendizagens.

Diante do exposto, na Educação Infantil, o cuidado com as crianças é visto como uma prática pedagógica, uma maneira de mediação, de diálogo que os professores estabelecem na apropriação dos conhecimentos. O cuidar e o educar se fazem nas rotinas diárias, desde o momento em que se troca a fralda, auxilia na alimentação, ensina a fazer a higienização na hora do banho, enfim, todas as atividades realizadas nas instituições de educação infantil estão ensinando as crianças, por meio das rotinas diárias e atividades lúdicas.

Conforme as Orientações para (Re) Elaboração, Implementação e Avaliação de Proposta Pedagógica na Educação Infantil (2006) para a realização do processo de cuidado/educação, é de suma importância a criação de um ambiente seguro e acolhedor, que seja desafiador, permitindo que as mesmas possam aventurar-se e fazerem descobertas sobre si e sobre o outro.

Os documentos elaborados para a educação infantil têm como objetivo garantir a qualidade nessa etapa do ensino, porém “[...] nossa realidade é ainda um tanto distante [...]” (PALHARES; MARTINEZ, 2007, p.9). São poucos os profissionais qualificados para atuarem com as crianças pequenas nas instituições de Educação Infantil. As turmas muitas vezes são numerosas devido à escassa oferta de vagas e, conseqüentemente, com números de alunos elevados por profissionais, fatores que desfavorecem a realização das atividades com a qualidade prevista nos documentos.

Em relação à formação dos profissionais para atuarem na educação infantil, a LDB/1996 em seu art. 62 diz que:

A formação de docentes para atuar na educação básica far-se-á em nível superior, em curso de licenciatura, de graduação plena, em universidades e institutos superiores de educação, admitida, como formação mínima para o exercício do magistério na educação infantil e nas quatro primeiras séries do ensino fundamental, a oferecida em nível médio, na modalidade Normal (BRASIL, 1996 p.34-35).

No entanto, alguns municípios estão distantes de terem nas instituições de educação infantil o quadro de profissional com a formação estabelecida nessa lei. A primeira etapa da Educação Básica é uma área que está em construção e com muitos desafios a serem superados.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Podemos perceber que a Educação Infantil é uma construção histórica, relacionada com as transformações sociais ocorridas em nosso país, principalmente com a inserção das mulheres no mercado de trabalho.

Constatamos, por meio do breve levantamento histórico percorrido pela Educação Infantil, que o atendimento das crianças pequenas brasileiras no século XIX esteve vinculado ao assistencialismo, em relação ao qual foram desenvolvidas várias políticas que orientassem as famílias com relação aos cuidados e higiene dos filhos.

Nessa época, as instituições tinham a função de guardar e proteger os pequenos e pobres para que não ficassem nas ruas enquanto suas mães trabalhavam. O país encontrava-se em desenvolvimento, mas o Estado não considerava importante investir na educação das crianças menores de seis anos. As famílias viam o atendimento como um favor prestado pelo Estado e não como um direito e, sendo assim, conhecer o passado da educação infantil é importante para entendermos que suas conquistas são frutos das lutas organizadas pela sociedade civil em busca da valorização dessa etapa de ensino, de modo a conseguirmos compreender as relações existentes em nossa época.

Com as reformas educacionais da década de 1990, a educação infantil passa a ser considerada pela legislação como sendo direito das crianças e dever do Estado. Dessa forma, passa a fazer parte da primeira etapa da Educação Básica e, assim, o atendimento em creches e pré-escolas não poderia continuar com o caráter assistencial: esses espaços precisariam oferecer um atendimento à infância que articulasse o cuidar e educar como indissociáveis.

Nesse sentido, verificamos que tanto o MEC quanto o estado do Paraná elaboraram documentos que consideram a Educação Infantil nos aspectos de cuidado e educação. Consequentemente, os documentos apresentam orientações e sugestões para as práticas pedagógicas nas instituições de educação infantil.

De acordo com a Lei de Diretrizes e Bases da Educação vigente em nosso país, as instituições de Educação Infantil devem oferecer atendimento de qualidade às crianças de zero a cinco anos para que possam desenvolver-se de forma integral, mas, diante da realidade brasileira, essa qualidade está longe de ser alcançada

devido a vários fatores, como falta de recursos públicos na área, falta de profissionais qualificados, número de alunos por turma elevado e escassez de vagas. Assim, constatamos que a Educação Infantil é uma área que ao longo dos tempos sofreu algumas mudanças, mas que ainda se encontra em processo de construção no campo educacional.

REFERÊNCIAS

BOGATSCHOV, Darlene N. MOREIRA, Jani Alves da Silva. **Políticas Educacionais Para o Atendimento à Infância no Brasil: Do Assistencialismo à Indissociabilidade entre Cuidar e Educar**. Disponível em: <http://www.histedbr.fae.unicamp.br/acer_histedbr/seminario/seminario8/_files/hWvZXIMc.doc>. Acesso em: 24 jul. 2011.

BRASIL. Ministério da Educação e do Desporto. Secretaria de Educação Fundamental. **Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil**. Brasília: MEC/SEF, 1998. v.1.

BRASIL. Ministério da Educação e do Desporto. Secretaria de Educação Fundamental. **Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil**. Brasília: MEC/SEF, 1998. v.2.

BRASIL. Lei nº8.069, de 13 de Julho de 1990. **Estatuto da Criança e do Adolescente**. Brasília, DF. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8069.htm>. Acesso em: 23 jul. 2012.

BRASIL. Lei nº 9.394, de 20 de Dezembro de 1996. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional - LDB**. Brasília, 2004.

FARIA, Ana Lúcia Goulart. PALHARES, Marina Silveira. **Educação Infantil Pós-LDB: Rumos e Desafios**. 6 ed. Campinas, SP: Autores Associados, 2007.

FERREIRA, Aurélio Buarque de Oliveira. **Miniaurélio: o minidicionário da língua portuguesa o dicionário**. 7. ed. Curitiba: Positivo, 2008.

KRAMER, Sônia. **A política do pré-escolar no Brasil: a arte do disfarce**. 2 ed. Rio de Janeiro: Achiamé, 1984.

KUHLMANN, Moysés Jr. **Infância e educação infantil: uma abordagem histórica**. 5 ed. Porto Alegre: Mediação, 2010.

PARANÁ. Secretaria de Estado da Educação. **Orientações para (Re) Elaboração, Implementação e Avaliação de Proposta Pedagógica na Educação Infantil**. Curitiba, 2006.